

A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico

Antônio Manoel Elíbio Júnior¹

Resumo: A História do Tempo Presente, ao menos desde a criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent*, surgiu como um campo de conhecimento entre os anos de 1978 e 1980, na França, quando o CNRS - *Centre National de la Recherche Scientifique* começou a patrocinar, sob a liderança de Henry Rousso, os estudos cujos os temas, para o historiador, ainda estavam em curso. Uma história que se propusesse a pensar o “seu próprio tempo”, o *passado-presente*. Nesse aspecto, evocava duas questões centrais: um marco cronológico que delimitasse o campo de estudo da História do Tempo Presente e um *corpus documental* com o qual iria trabalhar os historiadores. Esse artigo pretende problematizar o surgimento deste campo de pesquisa, tomando como premissa a História do Tempo Presente como aquela cujas questões afligem o homem real, em uma história que transcorre na vida real.

Palavras-chaves: periodização; tempo presente; memória; testemunho.

History of Present Time: reflections of a historygraphic field

Abstract: The History of Present Time, at least since the creation of the *Institut d'Histoire du Temps Présent*, emerged as a field of knowledge between the years of 1978 and 1980, in France, when the CNRS - *Centre National de la Recherche Scientifique* began to sponsor, under the leadership of Henry Rousso, the studies' themes, for historians, were still under way. Such a history which could set out to think “our time”, the past-present. In this regard, he evoked two central questions: a chronological framework that delimited the field of study of Present Time History and a *corpus documental* with which historians would work with. This article intends to problematize the emergence of this field of research, taking as a premise the History of Present Time as the one whose questions afflict the real man in a history that takes place in real life.

Keywords: Periodization, present time, memory, testimony.

Artigo recebido em 16/07/2020 e aprovado em 14/10/2020.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

Os fenômenos resultantes da globalização ou relacionados à ocidentalização têm trazido diversos e variados efeitos, ou como diria Joseph Stiglitz, ex-presidente do Banco Mundial, malefícios.^{II} É bastante ampla e conhecida a bibliografia que tem se dedicado a analisar os “efeitos da globalização”, desde aqueles atinentes a economia, cultura, política e sociedade ou mesmo aqueles outros efeitos produzidos pelo dramático aumento das demandas dos recursos naturais e poluição ambiental. As crises econômicas, a migração do trabalho e dos trabalhadores, o deslocamento das manufaturas, o aumento das desigualdades sociais e regionais, a pasteurização, industrialização e mercadorização da cultura visando as atividades turísticas, a espetacularização e turistificação de ambientes naturais e manifestações culturais, a gentrificação das cidades e a dineylandização dos núcleos históricos, o hibridismo cultural, a emergência dos regionalismos, tribalismos e localismos, a xenofobia e a contenção dos imigrantes com leis restritivas, os fundamentalismos religiosos e os radicalismos políticos, sobretudo com a recuperação da popularidade de partidos e candidatos nitidamente fascistas, os movimentos sociais e as mobilizações das massas que derrubam governos, as disputas e guerras étnicas e religiosas, o reerguimento dos nacionalismos entres outros e tantos outros eventos tornam intrigantes esses “tempos interessantes”.

Eric Hobsbawm ao utilizar essa expressão, se refere aos eventos catastróficos do século XX, definido pelo autor como “Era dos extremos”. Em “tempos interessantes” o autor elabora um percurso autobiográfico e incursiona pelo “extraordinário século XX” em uma narrativa sincrônica e diacrônica escrita por alguém que atravessou os principais acontecimentos políticos deste período.^{III} Como um autor que viveu os fatos, seu texto está permeado pela contraposição relacional entre lembrança e esquecimento. Um trabalho histórico diante da história a acontecer. Ainda que consideremos, conforme Jean-Philippe Miraux, que possa existir, como tendência, uma relativa distância entre o que foi vivido e o que se escreve: “entre la vida y su representación”^{IV}, o historiador do tempo presente não está imune as influências entres os climas ideológicos, os contextos históricos e as paixões políticas de um contexto histórico. Outrossim, se as compreensões de “passado”, “presente” e “futuro” dependem das gerações vivas do momento, tais temporalidades são, por definição, cambiantes. Diante desta questão, conforme destacou Norbert Elias, “expressa-se a capacidade humana de efetuar sínteses no caso de experimentar como simultaneidade aquilo que não se produz na simultaneidade”.^V Logo tais conceitos de “passado”, “presente” e “futuro” expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e as experiências que uma pessoa tem dela.

Diante do debate acerca da História do Tempo Presente e a emergência deste campo de estudo, comecemos propondo uma reflexão. Há uma peculiaridade intrínseca deste campo de conhecimento? Para Carlos Fico uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente seria a “pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”.^{VI} Para Fico trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade dos demais campos da historiografia. Conforme Fico, as imbricações entre a História do Tempo Presente e a política seriam decorrentes da circunstância que sujeito e objeto estariam “mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou””. O historiador Rene Rémond questiona que é preciso desfazer uma confusão entre história próxima e história política. Para Rémond frequentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores “militaram pelas duas causas”. Segundo este autor, o interesse do político não é próprio da história recente e o

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

político não estaria exclusivamente ligado à proximidade no tempo.^{VII} De todo modo, o retorno da história política vai desempenhar tanto cientificamente, quanto intelectualmente, um papel fundamental na afirmação da história do tempo presente. O impacto dos acontecimentos políticos do final do século XX, tais como a dissolução da União Soviética ou a queda do Muro de Berlim irão impactar os historiadores em sua tentativa de explicar o presente ou como diria a controvertida tese de Francis Fukuyama, o “fim da história”.^{VIII} Para os historiadores do tempo presente, a germinação de um pressuposto metodológico que considera que a história não é somente o estudo do passado, mas também do passado no presente, irá abrir ao campo um novo vetor de investigação.

Diferentemente de outros domínios da História, a História do Tempo Presente apresenta uma profusão de fontes documentais escritas, orais e visuais que podem nortear a produção das narrativas. Por outro lado, em função da temporalidade envolvida, especialmente no que diz respeito aos chamados “documentos sensíveis” relativos a processos recentes e traumáticos ou sob guarda judicial, o acesso é, em muitos casos, um processo cheio de obstáculos. Sobre este aspecto das fontes e acervos, Bernstein e Milza afirmam que a abundância de instrumentos documentais e a variedade de suportes e arquivos são capazes de fornecer informações ao trabalho do historiador do tempo presente sem jamais correr o risco de se encontrar privado dos documentos necessários para seu trabalho.^{IX} Todavia, essa realidade privilegiada do historiador do tempo presente, pode ser seu reverso, pois a profusão exige seleção e classificação rigorosa indispensáveis diante da montanha de fontes e do furacão dos acontecimentos ainda quentes.

Tantas janelas abertas, com tantos horizontes possíveis sugerem algumas questões sobre o trabalho do historiador que se dedica a estudar seu próprio tempo de vida. Existe um tempo presente? Se existe um tempo presente quais são as fronteiras e limites desse tempo? Em que medida a posição de «participante-observador» influi nas interpretações do historiador? Que denominação utilizar, quais recortes cronológicos selecionar? No caso brasileiro o golpe civil-militar de 1964 seria o marco temporal que delimitaria o tempo presente? O trabalho do historiador do tempo presente, ou seja do século XX e XXI, como afirmou Hobsbawm, seria como o de um antropólogo, olhando, supostamente de fora, coisas que viveu por dentro? Quão tênues são as fronteiras entre o campo de investigação do historiador, jornalista, cientista político, internacionalista e cientista social? Seria preciso esperar que o fenômenos estudados estejam consumados e os sobreviventes desaparecidos?

Longe de tentar responder todas essas indagações, a guisa do debate proposto, levanto algumas provocações acerca dos desafios metodológicos e teóricos acerca da História do Tempo Presente. Para tanto, é preciso debruçar-se sobre a historiografia ou mesmo de uma genealogia da História do Tempo Presente. Henry Rousso em *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*, realiza uma análise densa da História do Tempo Presente desde sua gênese na França até os dias atuais.^X A obra foi lançada na França em 2012, e publicada no Brasil e nos Estados Unidos em 2016 e, no Chile, em 2018. Rousso indica nesta obra uma forma “particular” da História do tempo presente a partir dos anos de 1970. Para Rousso, embora o autor não desconsidere dois “momentos fundamentais”, quais sejam, a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial, seriam as catástrofes da segunda metade do século XX que demarcariam os estudos da História do tempo presente, ou conforme destacou Pierre Nora, aqueles “acontecimentos-monstro”.^{XI}

Foi criado entre 1978 e 1980 a partir do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) na França, cujo objetivo era trabalhar sobre o passado próximo e com testemunhas que de fato viveram os acontecimentos investigados pelo historiador. Segundo René Rémond, quando da criação do IHTP já havia um passado

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

próximo, o da Segunda Guerra Mundial, que colocava questões prementes diante dos horrores causados pela destruição em larga escala. Para Rémond a história do tempo presente nos anos de 1990 já era um campo consolidado, um objeto de estudo científico reconhecido pela comunidade acadêmica. Todavia, o autor adverte que seria necessário, para além dos modismos da atualidade, reconhecer o caráter público e a importância da história do tempo presente na medida em que a sociedade cobra dos historiadores “a verdade objetiva sobre o tempo presente”.^{XII} Além disso, para o autor não há de fato uma especificidade da História do Tempo Presente quando se compara a atividade do historiador que estuda a guerra do Peloponeso ou aquele que estuda a Segunda Guerra Mundial. Rémond afirma que o essencial é precisamente à delimitação do campo que constitui o objeto próprio da História do Tempo Presente. Conquanto, também não se trata da história do instante, trata-se de uma história da duração. A aceleração do tempo impõe ao historiador da HTP uma constante revisão, um contínuo deslocamento de problemas e temas. Fenômenos contemporâneos do historiador logo serão transformados, passando a condição de objetos do passado. Por fim, assevera Rémond, a “história do tempo presente é um bom remédio contra a racionalização *a posteriori*, contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento podem gerar”.^{XIII}

Nos anos da criação do IHTP e do *Bulletin de l'IHTP* François Bédarrida traduzia esse contexto de corte epistemológico com um editorial intitulado “A nova oficina de Clio”. A crise dos paradigmas das ciências sociais, naquele momento, incendiava as percepções de um presente instável que ruía a cada ameaça atômica ou crise econômica. Nestes cenários sombrios da Guerra Fria e de golpes de Estado na periferia do mundo, o campo da História do Tempo Presente fincava sua importância pública e acadêmica. A “história a quente”, como também ficou conhecida a HTP, constituía uma união e interação do presente e do passado, um *turnover* que verificava-se muito rapidamente. Para Bédarrida o “tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”.^{XIV} Como uma história provisória, também a HTP não se furta ao imperativo que deve iluminar e guiar os historiadores: a verdade. Claro está, que jamais a verdade será inteiramente dominada ou revelada assim como a arca perdida. Porém, conforme Bédarrida, “a verdade da história provém da interface entre os componentes do passado, tal como ele nos chega através de seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir-lhe inteligibilidade.”^{XV}

Em certa medida, a definição do termo “História do Tempo Presente”, conforme Rousso, tinha como objetivo destacar esse campo do que se compreendia na França como História Contemporânea. Conforme François Dossê o tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica.^{XVI} Por sua vez, foi também criado o Instituto de História Moderna e Contemporânea, dedicado ao período entre os séculos XVI e XX. Para Rousso estava claro que o que se pretendia era um aprofundamento dos estudos sobre uma periodização que compreendia a Segunda Guerra Mundial até aquele momento, qual seja, os anos de 1980. Entretanto, nesse mesmo contexto, a investigação metodológica e epistemológica voltou-se para o estudo da Nova História, tributária dos *Annales*. Nas obras influenciadas pela Nova História trabalhos que abordam a HTP presente são quase inexistentes. Essa ausência se justifica em parte porque tais autores da Nova História eram, em sua maioria, medievalistas e modernistas. Outra explicação possível para inexistência de pesquisas sobre a HTP é justificada por Tétart e Chauveau ao considerarem os procedimentos da Nova História. Para estes historiadores as estruturas duráveis são tidas como mais reais e

(...) mais determinantes que os acidentes de conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance,

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

erodindo a cadeia factual como o propósito de substituí-la pelo sentido econômico e social do tempo.^{XVII}

Ademais, como apontaram o Tétart e Chauveau, a Nova História teria ignorado o contemporâneo, o presente e imediato. Outros fatores também poderiam ser apontados para explicar o desinteresse ou mesmo a incompreensão em produzir trabalhos consistentes, tendo em tela problemáticas do presente. Mesmo as vésperas da criação do Instituto de História do Presente, na França, Jacques Le Goff afirmava que a “história do tempo presente é frequentemente melhor feita por sociólogos, politólogos, alguns grandes jornalistas, do que pelos historiadores”.^{XVIII} Essa negação da HTP teria um importante reverso nos anos de 1980 quando torna-se recorrente o interesse pelas mentalidades, pelo político e pelo cultural. As preocupações crescentes com o passado próximo e com o imediato fincam raízes, afirmando-se como um novo campo científico. Destarte, seria nessa década que efetivamente o quadro mudaria. A HTP passou a contribuir para o entendimento das relações entre “ação voluntária, a consciência dos homens e os constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam.” Para Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado a História do Tempo Presente “permite perceber com maior clareza a articulação entre, de um lado, as percepções e as representações dos atores, e, de outro, as determinações e interdependências que tecem os laços sociais”.^{XIX}

A razão de uma distinção etimológica da HTP da História Contemporânea seria uma divisão semântica, marcando a emergência de um novo campo de estudos com objetos particulares. Ademais, conforme Chauveau e Tétart, HTP, história próxima e história imediata não fazem referência às mesmas cronologias.^{XX} Entretanto, destacam os autores, esses tempos históricos fazem parte do campo do “mundo contemporâneo”. Entre as três denominações a história imediata seria aquela com maior embaraço para se definir, pois “é a que mais suscita desconfiança” pois engendra o maior “paradoxo fazendo rimar dois termos contraditórios: imediato e história”.^{XXI} Neste sentido, a horizontalidade cronológica do historiador com o acontecimento seria a mesma do jornalista, o que implicaria afiançar que o procedimento da história imediata seria tão parecido com as técnicas jornalísticas do que com a ciência histórica. Ao escrever “no calor dos acontecimentos”, o historiador estaria se colocando também como testemunho. Para Chauveau e Tétart este seria o valor intrínseco deste trabalho. Tal relato testemunhal pode tomar a forma de uma análise que, “hierarquizando uma primeira vez as questões, os fatos, fornece conjuntamente arquivos, depoimentos, pistas de pesquisa e esboços de interpretação”.^{XXII} Trata-se, portanto, de considerar o testemunho como um objeto histórico, vez que o historiador tanto é testemunha enquanto escreve a história imediata, quanto também é ator/expectador que está diretamente ligado com seu tema. Neste sentido, Tétart afirma que o historiador do tempo presente conquista um papel essencial de interpretação do tempo próximo e do acontecimento. A hipermidiatização do século XX e século XXI e a avalanche de fontes que lhe chegam pelos veículos de comunicação em massa podem complicar-lhe a trama. Todavia, destaca Tétart, a legitimidade deste conhecimento histórico passa “primeiro pelo rigor com o qual ele define seu campo de investigação seu método, fontes, posição perante uma história que viveu frequentemente como cidadão”.^{XXIII} Outrossim, Tétart faz uma ressalva quanto a instrumentalização, principalmente política, do historiador do tempo presente, que deve recusar “caminhos batidos” em busca da inteligibilidade histórica.^{XXIV}

O “testemunho” do historiador é marcado por seu envolvimento afetivo diante dos “acontecimentos”. Para Pierre Vilar, “é evidente; é impossível, sobretudo quando se é historiador, não sentir os “acontecimentos”. Segundo Vilar “não seríamos historiadores se não

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

formulássemos para nós mesmos as perguntas suscitadas precisamente pelos grandes “acontecimentos”, os que abalam as condições gerais de uma nação, de um continente ou do mundo”.^{XXV} Os trabalhos de Vilar sobre o passado espanhol nunca foram alheios à apreensão do presente. Os problemas que emergem no tempo presente e a sensibilidade à observação do contemporâneo tornam-se, assim, questões que colocam o historiador como intelectuais que são frequentemente solicitados a darem sua “opinião autorizada?” sobre temas da atualidade. Todavia, Vilar rechaça reflexões apressadas ou espetacularizadas que possam servir apenas para confundir o grande público. Antes, adverte Vilar, é fundamental uma observação aguda de seu tempo, pois uma “compreensão exigente do presente é inseparável do conhecimento do passado”.^{XXVI}

Neste aspecto, as paixões políticas e os ressentimentos, as sensibilidades, as pulsões de ódio, as simpatias e as aversões ao constituírem a vida política, influenciam as informações que tendem a despertar o interesse e/ou a indignação do historiador. Pierre Ansart ao estudar a “paixões políticas”, afirma que a dimensão afetiva da história foi negligenciada, mas cabe ao historiador do tempo presente retomar o estudo dos sentimentos políticos, localizar os agentes produtores das comunicações comoventes e dos bens simbólicos. Desde o produtores destas mensagens, até os lugares de emissões há uma concorrência permanente seja para o reforçamento das posições, seja para a criação de ressentimentos políticos. Para Ansart, o historiador ao se dedicar a análise destas “paixões políticas”, poderá identificar os meios de persuasão emocional, os discursos, falados ou escritos, difundidos pelos meios audiovisuais. Mas além destes meios, que apelam para a criação de sentimento políticos, outros serão inventados, tais como exemplo: os meios iconográficos que são também objetos produzidos e propagados. Em suma, Ansart propõe um método para os historiadores, para que estudem o papel das paixões e dos sentimentos na história. Todavia, diferentemente de Mannhein, de Marx, de Weber, da Escola de Frankfurt e de Raoul Girardet, para quem os sentimentos, as paixões (como o ódio, a cólera, o ressentimento e outros) são deflagrados em situações de intensa crise e de desnorteamento coletivo, como sintoma de anomia social, Ansart afirma, e aí o caráter inovador de seu trabalho, que a dicotomia razão e emoções é impossível. Para Ansart, as emoções coletivas são acionadas, são articuladas e, por vezes gerenciadas e controladas, ao lado da razão. Neste sentido, para o historiador desenvolver uma teoria da produção e do consumo das mensagens comoventes, é necessário que se examinem as trocas heterogêneas operadas pela sociedade. O lugar do sujeito dentro do sistema social, sua dependência a tal categoria ou a tal religião, condiciona ao mesmo tempo a seleção que opera entre os apelos e o modo de recepção que ele realiza. Mas, além do mais, é necessário pesquisar porquê que a emoção brota de uma escuta, e em última estância, porque a emoção política é mesmo possível.^{XXVII}

A história do trágico, dos totalitarismos, dos traumas, da violência extrema, tão presentes na história do século XX, ganhariam destaque como eventos novos, próprios de uma era. Haveria, a partir desta configuração, um grande investimento dos historiadores franceses, alemães e italianos, para buscar explicações sobre as guerras e a ascensão dos regimes totalitários como o nazismo e o fascismo, considerados como “fraturas” do século XX. Tais pesquisas encorajaram os historiadores do tempo presente a encontrar novos fenômenos sociais tomando a questão da memória como epicentro de suas análises. Não se poderia ignorar a dor e a “banalização do mal” diante das imagens de uma guerra cujos canhões permaneciam quentes. O passado penetrava fundo num presente opaco, carregado das recentes experiências vividas, mas ainda silenciadas. Ademais, as decepções estraçalhadas de uma Europa da *belle époque*, invocavam mais dúvidas do que certezas com o devir. Rousso

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

ao analisar o caráter memorialístico da recordação histórica afirma que tal operação se trata de uma “História que não passa”, um passado que não passa, que estaria sempre presente.^{XXVIII} Conforme destacou Rousso:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerra coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas (...).^{XXIX}

Esta compreensão de que o passado permanece sempre presente, apresenta uma grande questão, que traz discussão e polêmica, pois é um regime de historicização novo, conforme apontou Rousso. Para ele a prática dos historiadores do Tempo Presente não pode ser compreendida fora desse contexto. Seria mais do que escrever uma História Contemporânea pois há reconstruções, há o reconhecimento de determinados contextos.^{XXX} Essa “história que não passa”, conforme aludiu Rousso, estaria presente na grande maioria dos locais das lembranças oficiais do século XX, que são declaradamente nostálgico-triunfalista, aproveitando as oportunidades para o reconhecimento e recordação de sofrimentos seletivos, como nos memoriais do Holocausto em diversos países, ou como o Memorial da Paz em Hiroshima, no Japão. Neste aspecto Tony Judt afirma que tais “lugares de memória” constituem uma ocasião “propícia para ensinar uma lição política específica, a respeito de coisas que foram feitas e não devem ser esquecidas, ou de erros que foram cometidos e não devem ser repetidos”.^{XXXI} Para Judt, o século XX se tornou um “palácio memorial moral”, algo como uma confusão supérflua, “um pós-escrito sangrento para aqueles que esquecem as lições do século, ou nunca aprenderam direito”.^{XXXII}

Essa aproximação de um passado que insiste em estar no presente, de um “passado que não passa”, colocava diante do historiador os testemunhos de um mundo de brutalidades e sofrimentos em massa que talvez não tenha par nos registros históricos. Sobre este aspecto Tony Judt afirma se surpreender com a:

(...) perversa insistência contemporânea em não entender o contexto de nossos presentes dilemas, domésticos e internacionais; em não ouvir com maior atenção algumas das cabeças pensantes das décadas anteriores; em buscar ativamente o esquecimento, em vez da lembrança, em negar a continuidade e proclamar a inovação em todas as ocasiões possíveis.^{XXXIII}

A questão das proximidades temporal e material do autor em relação ao objeto estudado tem sido um tema recorrente nas críticas realizadas à possibilidade de atuação do historiador no tempo presente. Para Serge Bernstein e Pierre Milza a história do presente em nada difere da história do século XIX. Segundo estes autores, o historiador do presente estaria mais próximo por suas preocupações do seu confrade do século XIX, do que “daqueles que perseguem com talento os fatos do dia ou da véspera e que restituem a crônica inteligível e seletiva dos fatos que constituem a trama de uma informação moderna”.^{XXXIV} Segundo estes historiadores, afirmar isto não implica em negar uma especificidade da História do Tempo Presente. Conquanto, conforme depreenderam Bernstein e Milza, é importante situar a HTP na emergência de fenômenos de longa duração no seio do presente, pois ela teria a função principal de modificar permanentemente o significado destes, “alterando as perspectivas segundo as quais os consideramos, procurando no passado novos objetos de estudo em função das preocupações do presente, abandonando objetos julgados obsoletos”.^{XXXV}

Se considerarmos, assim como afirmou Marc Bloch, que a história seria “a ciência dos homens no tempo”, como um primado da historiografia, abriríamos uma janela de inúmeras

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

possibilidades para se elaborar uma História do Tempo Presente.^{XXXVI} Neste sentido, Bloch aponta três características que considerava essenciais, quais sejam:

(...) a produção de uma “história humana”, na qual as interações e relações sociais ganham centralidade; daí a necessidade de uma “história social”, com intensas relações entre passado e presente; por fim, o trabalho historiográfico deveria recusar sua estrita ligação com a cronologia.^{XXXVII}

Conforme destacou Jacques Le Goff no prefácio da obra *Introdução à História*, Marc Bloch não definia a história como simples ciência do passado, mas como “o resultado do passado ao presente e do presente ao passado”. Ao considerar a história como a “ciência do tempo e da mudança”, Bloch, segundo Le Goff, prefere denominar o presente como “atual”. Para ele o presente bem definido inicia o processo fundamental do ofício do historiador, qual seja: “compreender o presente através do passado e, correlativamente, compreender o passado através do presente”.^{XXXVIII}

A ausência de distanciamento entre o sujeito e o objeto consiste em uma peculiaridade da HTP e ao mesmo tempo um desafio metodológico para o historiador, sobretudo no que se refere à instantaneidade, simultaneidade, interconectividade e hiperprodução de informações e fontes. Para Paul Ricoeur, a HTP é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Conforme o mesmo autor, não se trata de recolher-se ao trabalho de luto de traumas coletivos. O tempo presente nos coloca diante do tempo da vida e do vivido em uma tentativa de compreender os vivos em seu tempo. Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a HTP é uma história da vida. Neste sentido Ricoeur destaca:

A memória do antepassado esta em interseção parcial com a memória de seus descendentes e essa interseção se realiza num presente comum, que pode ele próprio apresentar todos os graus, desde a intimidade do nós até o anonimato da reportagem. É assim lançada uma ponte entre o passado histórico, entendido como tempo dos mortos, e tempo de antes de meu nascimento. Se remontarmos essa cadeia de memórias, a história tende a uma relação em termos de nós, que se estende de maneira contínua desde os primeiros dias da humanidade até o presente.^{XXXIX}

O estruturalismo predominante na história dos anos de 1960 e 1970 considerava os estudos do tempo presente comprometidos pelas paixões políticas dos contemporâneos. Havia uma tese que sustentava a necessidade do distanciamento entre autor e objeto partindo de uma “visão retrospectiva”. Neste sentido as limitações eram evidentes e demarcavam o princípio do lapso temporal como condição fundamental para uma narrativa objetiva do passado. Interpretação diferente é apresentada por Roger Chartier, citado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado.^{XL} Segundo Chartier na História do Tempo Presente:

(...) o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.^{XLI}

Para Marieta de Moraes Ferreira, a tradição historiográfica do século XIX, ancorou até a segunda metade do século XX, as perspectivas dos trabalhos historiográficos. Para Ferreira essa concepção construída a partir de Langlois e Seignobos e veiculadas pelo seu famoso manual *Introduction aux études historiques* iria definir “um conjunto de regras para a produção de uma história científica” atribuindo a interpretação do passado distante sem sofrer as interdições do presente. Assim, o recuo do tempo permitiria ao historiador uma pretensa

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

distância crítica e neutra. Esse paradigma historiográfico, vigente até os anos de 1980, estabelecia um descrédito em relação ao estudo dos períodos recentes e, em contrapartida, uma sacralização do passado e do documento visto como testemunho imparcial dos acontecimentos.^{XLII} Neste aspecto Langlois e Seignobos destacam que:

A história se faz com documentos. Os documentos são vestígios deixados pelos pensamentos e atos das pessoas do passado. Entre os pensamentos e atos humanos, são poucos os que deixam vestígios visíveis, e esses, assim que são produzidos, raramente são duradouros: um mínimo acidente pode apagá-los. Todo pensamento ou todo ato que não deixa vestígios, diretos ou indiretos, ou cujos vestígios acabam por desaparecer, estão perdidos para a história; é como se jamais tivessem existido. Sem documentação, imensos períodos do passado da humanidade serão sempre desconhecidos. Não se pode substituir os documentos: sem documentos, sem história”.^{XLIII}

Nesse sentido, para Langlois e Seignobos os documentos, preferencialmente escritos, constituem, a partir da recuperação do historiador, como único meio para se estudar o passado. No contexto da publicação da obra destes autores, em fins do século XIX, a disciplina história se afirmava como um campo de estudo próprio, cuja investigação recairia na decifração de documentos oficiais. Tal método historiográfico se devia ao fato de que só seria possível “revelar a verdade dos fatos” interpretando os traços materiais do passado. O testemunho, neste caso, não seria confiável e factível. As regras evidenciadas no manual de Langlois e Seignobos pretendiam divulgar os princípios norteadores da prática histórica científica, essencial para diferenciar esta da história literária.

Embora o termo “história do tempo presente” seja uma formulação em que não há plenamente uma definição consensual, a denominação formulada por François Bédarida, parece melhor preencher os requisitos. Isto porque as expressões História do Tempo Presente e história contemporânea serão incluídas no vocabulário acadêmico somente após a Segunda Guerra Mundial. No final do século XIX, todavia, o que preponderava era uma visão da história cujo objetivo é a construção de uma memória nacional edificante, heróica e linear. Nesse sentido, a concepção de história esgrimada pelos historiadores profissionais atribuía à disciplina um método de estudo que procurava “revelar a verdade dos documentos oficiais”, com objetividade e imparcialidade em relação aos problemas do presente. Destarte, acreditava-se que a distância entre o tempo presente do historiador e o tempo do fato investigado, garantiria uma interpretação isenta de subjetividades, tão ameaçadora para “trazer a verdade do passado”.

Os eventos, portanto, não seriam devorados pelo tempo, desde que os documentos fossem cuidadosamente e zelosamente guardados, eles pertenceriam a história. As regras dessa prática historiográfica e os procedimentos e princípios norteadores da história científica foram publicadas em 1897, como já mencionado, por Langlois e Seignobos em *Introduction aux études historiques*, uma espécie de manual que tornou-se referência entre jovens estudantes de história e historiadores.

Nesse manual pode-se observar a definição de história para estes intelectuais, que tinha como objetivo descrever “por meio de documentos” as sociedades passadas e suas transformações. O que se está definindo é uma fronteira entre os historiadores e a história enquanto uma disciplina e os amadores e ensaístas, os segundos sem os rigores da erudição exigida pelo método historiográfico, conforme essa interpretação. Com isso, buscava-se uma delimitação clara e segura, ao campo de saber da disciplina histórica. Assim, os historiadores profissionais, professores das universidades no século XIX, eram especializados na Antiguidade e na Idade Média, períodos que exigiam o domínio de um conjunto de procedimentos eruditos, como línguas e arte.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

O mundo contemporâneo, por sua vez, era por demais conflituoso, movediço, flutuante para que os historiadores se ocupassem com a isenção científica necessária. Com efeito, a história contemporânea tornou-se uma história sem objeto, sem estatuto e sem definição. No essencial, ela era apenas uma matéria de um programa de ensino que deveria formar cidadãos defensores da República. Claro está, que essa forma de pensar a história em geral, e o contemporâneo em particular, foi alvo de intensos debates na virada do século XIX para o século XX, entre historiadores e sociólogos, sobretudo. Os sociólogos ligados à Durkheim e a Simiand, fizeram pesadas críticas a Seignobos e ao método de pesquisa por ele concebido para garantir a pretensa objetividade. Na sua visão, o recuo no tempo não garantia a objetividade da história, pois todo historiador é tributário da sua época, ou seja, sua visão está inexoravelmente permeável ao mundo contemporâneo, sua interpretação é o resultado de circunstâncias e problemas que são próprios do presente. Partindo dessa interpretação o contemporâneo estaria na seara das ciências sociais, em especial da sociologia. O século XX, nesse sentido, carecia de historiadores dedicados a entender os escombros do Estado Nacional, sobretudo de uma Europa destruída com as duas Grandes Guerras Mundiais.

Embora a Escola dos Annales em 1928 tenha efetuado um impulso aos estudos históricos, principalmente questionando a primazia da história política, reafirmava-se o estudo das estruturas, dos processos de longa duração, atribuía-se às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. A primeira geração dos Annales condenava a subjetividade, levantavam-se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegava-se também que os testemunhos não podiam ser considerados representativos de uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações. Não é preciso dizer que os historiadores identificados com a tradição dos Annales excluíram a possibilidade de valorização dos testemunhos orais contemporâneos de um dado acontecimento. Marc Bloch, em direção oposta a esta análise, definia o ofício do historiador, não somente ao recolhimento dos fatos e comparações, mas considerava que os próprios fatos, são um produto de sua construção, que devem ser transformados em problemas. À luz de Bloch, a perspectiva comparativa significava, então, a tentativa de sintetizar dados relevantes de um universo variado de culturas com o objetivo metodológico de estabelecer comparações específicas significativas e/ou tipologias sistemáticas. Faz-se necessário destacar que Marc Bloch, não assinalava a comparação histórica sem qualquer restrição, pelo contrário, o historiador deve delimitar seus domínios de análise. Para tanto, deve escolher um ou vários meios sociais diferentes, dois ou mais fenômenos que apresentem possibilidades de analogias. Talvez seja o caso das análises comparativas entre as Primaveras Árabes em 2009, que varreram governos não democráticos, mas que tiveram desfechos e consequências diferentes. Bloch insiste nesta parcialidade de escolhas, pois há também condições singulares necessárias para haver comparação, principalmente a semelhança entre os fatos observados e uma certa desigualdade entre os meios, ou seja, realidades diferentes nos quais estes fatos são observados.^{XLIV}

Das aplicações do método comparativo, segundo Bloch, é possivelmente a que consiste em estudar as sociedades contemporâneas, quase sempre influenciadas umas pelas outras em seu desenvolvimento, por estarem próximas e serem sincrônicas, e que remontam a uma origem comum o método da comparação pode revelar os níveis de diferenças e semelhanças, as curvas do processo de evolução.^{XLV} Talvez esse seja o caso, e vale o exemplo, das invasões no Iraque e no Afeganistão a partir da Doutrina Bush.

O estudo da história no século XX foi paulatinamente se desprendendo da concepção que identificava o objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

de ser reinterpretado em função do presente. Segundo o historiador Eric Hobsbawm nada muda mais que o passado, o que quer dizer que o passado muda porque nossas perguntas, nossos dados, nossas fontes que informam sobre o passado também são cambiantes.

Os relatos dos massacres e dos traumas da I Guerra Mundial, e em especial da II Guerra Mundial, expandiram os debates acerca da memória e de suas relações com a história, oferecendo chaves para uma nova intelegibilidade do passado.^{XLVI} Sobre o eclipse civilizacional da primeira metade do século XX Habermas afirma que:

[...] a câmara de gás e a guerra total, o genocídio levado a cabo pelo Estado e o campo de extermínio, a lavagem cerebral, o sistema de segurança estatal e a vigilância panóptica de populações inteiras. Esse século “produziu” mais vítimas, mais soldados mortos, mais cidadãos assassinados, civis mortos e minorias expulsas [...] do que se pôde imaginar até então. Os fenômenos da violência e da barbárie determinam a assinatura dessa era.^{XLVII}

As marcas profundas do Holocausto colocaram essa perspectiva que explora as relações entre memória e a história, rompendo com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado, entre os quais as invenções de tradições ou a criação de lugares de memória.

Os fenômenos da violência, da guerra e da barbárie no século XX colocaram o valor dos testemunhos diretos daqueles que “viveram” determinado evento na ordem do dia. Tal abordagem ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. A violência extrema das guerras cujas vítimas foram levadas ao limite dos sofrimentos imputados pela barbárie dos extermínios em larga escala cometidos pelos regimes nazi-fascistas e pelo stalinismo soviético, levou a experiência do horror para além dos campos de batalha. Como delatores de um passado ainda presente, os testemunhos permaneciam como rastros que não poderiam ser apagados diante da urgência ética em ouvir as vozes quase silenciadas pela desumanização e pela degradação da vida perpetradas por regimes de terror. Quanto a este aspecto, como afirmou Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Para Hobsbawm a HTP é a história do nosso próprio tempo, do próprio tempo de vida do historiador, por exemplo, do advento da Guerra Fria e do Pós-Guerra Fria.

Nas décadas seguintes outros eventos fundadores foram propostos como marco inicial da HTP, tais como mais recentemente, o ano de 1989 e a queda do mundo comunista, ou mesmo o ataque terrorista contra os Estados Unidos em 11 setembro de 2001. Conforme Marieta de Moraes Ferreira, o estudo do século XX ganhou maior legitimidade na França a partir da Segunda Guerra Mundial, quando foi criado o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial, que tinha como objetivo promover iniciativas na área de documentação e pesquisa sobre o tema. Além disso, três grandes temas têm ocupado os estudiosos europeus do tempo presente: a história da construção da Comunidade Europeia, a emergência do Estado providência (L'Etat-Providence) e a história dos eventos-chave, não somente nos planos nacionais, mas no conjunto da Europa. No caso latino-americano o desenvolvimentismo econômico das décadas de 1960 e 1970, os golpes e regimes militares, a redemocratização, as articulações em torno da criação do Mercosul desde 1991 e mais recentemente as eleições

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

democráticas de governos populares, como os casos do Brasil, Equador e Bolívia. Entretanto, essas marcações são sempre provisórias e inconclusas quanto a delimitação daquilo que chamamos de História do Tempo Presente, que seria uma subdivisão, ou um período mais imediato da História Contemporânea.

A originalidade da abordagem do presente está situada no fato de poder captar a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, dos modismos, das movimentações contínuas, dos conflitos, das rupturas, das paixões políticas. Ou conforme destacou Eric Hobsbawm: “A despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio”^{XLVIII}.

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História oral*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANSART, Pierre. *La Gestion des Passions Politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

BÉDARIDA, François. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l'histoire du temps présent: en hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Editions, 1993.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 371-386.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, In: *Mélanges historiques*, Paris, 1963.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

DOSSE, François. *História do Tempo Presente e historiografia*. Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

**A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO
HISTORIOGRÁFICO**

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Matheus Henrique; MATA, Sérgio da. *Tempo Presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dez. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 □ 108, jan./mar. 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. *Varia História*, v. 28, n. 47..

FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como “ideologia”. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

JUDT, Tony. *Pensando o século XX*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLEK, Reinhardt. “*Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*”. Tradução de W.P.Maas e C. A. Pereira. RJ, Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006

LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo, Renascença (Nova Jurisprudência), 1946.

LOHN, R. L.; CAMPOS, E. C. DE. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 24, 31 out. 2017.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

MIRAUX, Jean-Philippe. *La autobiografía: las escrituras del yo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

NORA, P; LE GOFF, J. *Faire L’histoire*. Gallimard, Paris, 1973.

REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: A promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução de Maria Leonor. Loureiro. Bauru/São Paulo: Edusc, 2000.

VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D’Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

^I Professor Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela UNICAMP.

^{II} STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: A promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002, p. 37.

^{III} HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 11.

^{IV} MIRAUX, Jean-Philippe. *La autobiografía: las escrituras del yo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005, p. 14.

^V ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 63.

^{VI} FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis*. *Varia História*, v. 28, n. 47, p. 2.

^{VII} REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53.

^{VIII} FUKUYAMA, F. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 13.

^{IX} BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Conclusão*. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 129.

^X ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, p. 29.

^{XI} NORA, P; LE GOFF, J. *Faire L’histoire*. Gallimard, Paris, 1973, p. 47.

^{XII} REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 206.

^{XIII} RÉMOND, René. *op. cit.* p. 209.

^{XIV} BÉDARIDA, François. In: INSTITUT D’HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Ecrire l’histoire du temps présent: en hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Editions, 1993. p. 221.

^{XV} BÉDARIDA, François. *op. cit.* , p. 222.

^{XVI} DOSSE, François. *História do Tempo Presente e historiografia*. *Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-graduação em História*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012, p. 7.

^{XVII} CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 10.

^{XVIII} CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *op. cit.* p. 11.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO HISTORIOGRÁFICO

ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR

-
- ^{XIX} FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996, p. 36.
- ^{XX} CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). op. cit. p. 20.
- ^{XXI} CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). op. cit. p. 20.
- ^{XXII} CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). op. cit. p. 21.
- ^{XXIII} TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Tradução de Maria Leonor. Loureiro. Bauru/São Paulo: Edusc, 2000, p. 134.
- ^{XXIV} TÉTART, Phillippe. op. cit. p. 137.
- ^{XXV} VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 280.
- ^{XXVI} VILAR, Pierre. op. cit. p. 272.
- ^{XXVII} ANSART, Pierre. *La Gestion des Passions Politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p. 34.
- ^{XXVIII} ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, p. 97.
- ^{XXIX} ROUSSO, Henry. op. cit. p. 94.
- ^{XXX} ROUSSO, Henry. op. cit. p. 98.
- ^{XXXI} JUDT, Tony. *Pensando o século XX*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2014, p. 16.
- ^{XXXII} JUDT, Tony. op. cit. 16.
- ^{XXXIII} JUDT, Tony. op. cit. p. 14.
- ^{XXXIV} BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 127.
- ^{XXXV} BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. op. cit. p. 129
- ^{XXXVI} BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 54.
- ^{XXXVII} LOHN, R. L.; CAMPOS, E. C. DE. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 10, n. 24, 31 out. 2017, p. 99.
- ^{XXXVIII} BLOCH, Marc. op. cit. p. 13.
- ^{XXXIX} RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2007, p. 193.
- ^{XL} FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 24.
- ^{XLI} FERREIRA, Marieta de Moraes. op. cit. p. 24.
- ^{XLII} FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 □ 108, jan./mar. 2018, p. 82.
- ^{XLIII} LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo, Renascença (Nova Jurisprudência), 1946, p. 16.
- ^{XLIV} BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 15.
- ^{XLV} BLOCH, Marc. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, In: *Mélanges historiques*, Paris, 1963, p. 45.
- ^{XLVI} ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. A História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, p. 34.
- ^{XLVII} HABERMAS, J. Técnica e ciência como “ideologia”. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 6.
- ^{XLVIII} HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 23.